



Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, para atribuir ao Exército a execução de obras e serviços de engenharia sem necessidade de licitação pública nos casos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 17-A da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 17-A.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - dispensada a realização de licitação, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais poderão celebrar parceria com o Exército quando comprovada sua capacidade para executar as respectivas obras e serviços de engenharia e demonstrada a conveniência da celebração da parceria pretendida;

II - o Exército poderá participar da execução de obras paralisadas, abandonadas ou com atraso superior a 1 (um) ano, bem como de obras de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento nacional, estadual ou municipal, que envolvam infraestrutura rodoviária, ferroviária, metroviária e hidroviária, portos e aeroportos, geração e transmissão de energia;





III - as parcerias para realização de obras entre órgãos públicos federais, estaduais e municipais e o Exército deverão contemplar atividades direcionadas ao treinamento e à capacitação de jovens incorporados, com vistas à formação de soldados especialistas em obras e serviços de engenharia.” (NR)

Art. 2º De acordo com a disponibilidade orçamentária e considerados os aspectos de viabilidade, de conveniência e de oportunidade, o Exército criará um batalhão, na região da bacia do rio São Francisco, destinado à cooperação com órgãos governamentais na dragagem, na recuperação de rios, na manutenção de hidrovias navegáveis e na preservação do meio ambiente, e a Marinha ficará responsável por fiscalizar a navegabilidade dos rios, na forma da lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 26 de novembro de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

